O reconhecimento extrajudicial da paternidade socioafetiva

Beatriz da Silva Batista Rodrigues¹

Maria do Carmo Lopes Toffanetto Rossitto Bassetto²

Resumo: A paternidade socioafetiva é concebida e formada pela relação de afeto entre as pessoas que convivem e dessa relação surgem os efeitos exercidos de pai, mãe e filho, mesmo sem possuírem laço sanguíneo entre si. De acordo com o artigo 10 do Provimento nº 83, de 14 de agosto de 2019, do CNJ que alterou o texto do Provimento nº 63, também do CNJ, “O reconhecimento voluntário da paternidade ou da maternidade socioafetiva de pessoas acima de 12 anos será autorizado perante os oficiais de registro civil das pessoas naturais”, desde que atendidos os requisitos constantes no provimento. Anteriormente, o artigo 10 do Provimento nº 63 previa que o reconhecimento voluntário da paternidade ou da maternidade socioafetiva de pessoa de qualquer idade fosse autorizado perante os oficiais de registro civil das pessoas naturais”, fato que trazia certa insegurança, pois o processo de registro de filiação socioafetiva é irrevogável, tal como a adoção, que tem critérios legais mais rígidos. No entanto, o reconhecimento da paternidade socioafetiva não exclui a paternidade biológica, conforme entendimento do Supremo Tribunal Federal (STF) no Recurso Extraordinário nº 898.060/SC. Atualmente, no Direito de família, o afeto é representado pelo princípio da afetividade e reafirmado no artigo 1.593 do Código Civil e, cada vez mais presente na constituição das famílias brasileiras. Os pais ou mães afetivas cumprem e zelam pelos mesmos direitos e deveres e efeitos dos pais consanguíneos, biológicos. Utilizando-se o método dedutivo e a revisão bibliográfica sobre a matéria, com análise da legislação, doutrina e jurisprudência, pretende-se, com a presente pesquisa, por meio da revisão bibliográfica sobre o tema, demonstrar que apesar de o registro extrajudicial da paternidade/maternidade socioafetiva ser, atualmente no Brasil, o meio mais simples, rápido e efetivo de garantir aos filhos socioafetivos todos os direitos decorrentes da filiação, inclusive os patrimoniais, é necessário tomar cautela para não violar o princípio do melhor interesse da criança e do adolescente.

Palavras-chave: Socioafetividade, família, filiação, direitos patrimoniais, direito de família.

Sumário: 1. Introdução, 2. Família; 3. Filiação; 4. Parentalidade e socioafetividade; 5. Reconhecimento da filiação. 6. Reconhecimento e registro da filiação socioafetiva. 7. Provimentos nº 63 e nº 83, do Conselho Nacional de Justiça. 8. Efeitos patrimoniais e previdenciários da parentalidade socioafetiva. 9. Conclusão. 10. Referências Bibliográficas.

¹ Discente do 10º período de direito da Libertas Faculdades Integradas. E-mail: bea-rodrigues18@hotmail.com.

² Mestre em Direito. Coordenadora do Departamento de Assistência Judiciária e professora de Direito Constitucional da Libertas-Faculdades Integradas. Advogada. E-mail: mariabassetto@libertas.edu.br

1. Introdução

A paternidade socioafetiva, cujo conceito evoluiu para o de “parentalidade afetiva” (PEREIRA, 2015, p. 421), é concebida e formada pela relação de afeto entre as pessoas que convivem e dessa relação surge os efeitos exercidos de pai, mãe e filho mesmo sem possuírem laço sanguíneo entre si.

Segundo Rodrigo da Cunha Pereira (2015, p. 419), “a parentalidade socioafetiva envolve o aspecto sentimental criado entre parentes não biológicos, pelo ato de convivência, de vontade e de amor e prepondera em relação a biológica”.

O presente artigo tem como objetivo analisar as normas infralegais que possibilitam o reconhecimento extrajudicial na paternidade socioafetiva, verificando se a facilidade do processo de se reconhecer um filho pode ser prejudicial a criança.

O tema em estudo mostra-se relevante, pois a discrepância do procedimento extrajudicial de reconhecimento e registro de filiação socioafetiva, feito em cartório, para o processo judicial de adoção é muito grande, e, muitas vezes, os pais socioafetivos não têm o conhecimento do caráter irrevogável de ambos os procedimentos, o que pode causar danos irreparáveis para a criança e o adolescente, além da possibilidade de abandono afetivo e material.

Utilizando-se o método dedutivo e a revisão bibliográfica sobre a matéria, com análise da legislação, doutrina e jurisprudência, pretende-se demonstrar, com o presente estudo, que a possibilidade de o registro da paternidade/maternidade socioafetiva constitui um avanço importante, mas deve ser utilizada com cautela e responsabilidade, a fim de resguardar o melhor interesse da criança e do adolescente.

2. Família

O termo “família”, apesar de fazer parte do senso comum, nem sempre é fácil de ser definido, principalmente porque o conceito de família tem se modificado com o tempo, acompanhando as mudanças da própria sociedade.

De fato, a estrutura familiar mudou muito, principalmente nas últimas três décadas, em que os direitos foram ampliados para que se buscasse o maior alcance possível. Nesse cenário, tem-se atualmente um conceito abrangente de família, que é assim definida por Rodrigo da Cunha Pereira:

FAMÍLIA [ver tb. *desamparo, entidade familiar, parentesco*] Do latim *famulus*, de *famel* (escravo), designava um conjunto de pessoas aparentadas entre si que viviam na mesma casa (*famulus*), mas também cumprindo a função de servos ou escravos para outro grupo, as *gens*, que eram seus patrões, Em inglês *family*, em francês *famille*, em alemão *familie*, italiano *famiglia*. O seu conceito tem sofrido variações ao longo do tempo. Embora a antropologia, sociologia e psicanálise já tivessem estabelecido um conceito mais aberto de família conjugal, no Direito esteve restrito, até a Constituição da República de 1988, ao casamento (Art. 226). Com a Carta Magna, ela deixou sua forma singular e passou a ser plural, estabelecendo-se aí um rol exemplificativo de constituições de famílias tais como o casamento, união estável e qualquer dos pais que viva com seus descendentes (famílias monoparentais). Novas estruturas parentais e conjugais estão em curso, como as famílias mosaicos, famílias geradas por meio de processos artificiais, famílias recompostas, famílias simultâneas, famílias homoafetivas, filhos com dois pais ou duas mães, parcerias de paternidade, enfim, as suas diversas representações sociais atuais, que estão longe do tradicional conceito de família, que era limitada a ideia de um pai, uma mãe, filhos, casamento civil e religioso. (PEREIRA, 2013, p. 287)

Com a Constituição Federal de 1988 (CF/88), os direitos de igualdade foram elencados em um importante rol de princípios sensíveis no texto constitucional, e isso impôs impacto a partir deste ponto, inclusive na concepção de poder familiar, em que pai e mãe passaram a ter os mesmos direitos e deveres perante os filhos.

Deste modo, o Código Civil de 2002 trouxe também uma importante modificação para a estrutura do direito familiar, pois a família, não importa em qual contexto social, é a base da sociedade.

Para Pereira:

Família, afinal, é o lugar privilegiado da realização da pessoa, pois é aí que se inicia e se desenvolve todo o processo de formação da personalidade do sujeito. A família deixou, portanto, de ser um núcleo econômico e de reprodução para ser o espaço do amor e do afeto (PEREIRA, 2009, p.2).

Neste sentido, Venosa destaca:

A célula básica da família, formada por pais e filhos, não se alterou muito com a sociedade urbana. A família atual, contudo, difere das formas antigas no que concerne a suas finalidades, composição e papel de pais e mães (VENOSA, 2017, p.5).

Ainda, de acordo com Venosa, há o entendimento de que “entre os vários organismos sociais e jurídicos, o conceito, a compreensão e a extensão de família são os que mais se alteraram no curso dos tempos” (VENOSA, 2017, p.3), e essa alteração dinâmica deve ocorrer também na forma da lei.

Maria Berenice Dias (2017), complementa que

Ainda que a família continue a ser essencial para a própria existência da sociedade e do Estado, houve uma completa reformulação do seu conceito. Os ideais de pluralismo, solidarismo, democracia, igualdade, liberdade e humanismo se voltaram à proteção da **pessoa humana**. A família adquiriu **função instrumental** para a melhor realização dos interesses afetivos e existenciais de seus componentes. Nesse contexto de extrema mobilidade das configurações familiares, novas formas de convívio vêm sendo improvisadas em torno da necessidade – que não se alterou – de criar os filhos, frutos de uniões amorosas temporárias que nenhuma lei, de Deus ou dos homens, consegue mais obrigar a que se eternizem. (Grifos da autora)

No entanto, a evolução do conceito de família trouxe novas discussões para o Direito de Família e Sucessões, sendo que um dos problemas a ser enfrentado é a questão do valor do afeto para que haja a sucessão, pois, não há como medir ou estabelecer um requisito meramente numérico para que se possa preencher um direito dessa proporção.

O afeto, neste caso, embora seja um elemento essencial da estrutura familiar, não pode ser visto apenas como um item de preenchimento.

Em se tratando de afeto, Venosa destaca:

O afeto, com ou sem vínculos biológicos, deve ser sempre o prisma mais amplo da família, longe da velha asfixia do sistema patriarcal do passado, sempre em prol da dignidade humana. Sabido é que os sistemas legais do passado não tinham compromisso com o afeto e com a felicidade”. (VENOSA, 2017, p.8).

Além disso, a relação socioafetiva é, na maioria dos casos, uma relação que se compara e se confunde com a relação biológica, pois o elo construído em ambas as relações tem como base o mesmo apreço, o afeto mútuo.

Em consonância, asseveram Rodrigues e Conciani que:

Logo, observa-se que a finalidade do amparo jurídico é legítima, afinal, teoricamente os membros da família socioafetiva se comportam e se relacionam como se fossem unidos biologicamente, de modo que, notório é sua luta pelo direito assecuratório, à medida que são famílias como tantas outras, talvez, mais “famílias” que as famílias tradicionais. (RODRIGUES e CONCIANI, 2015, p.118).

O reconhecimento de um filho é valioso tanto para a base familiar quanto ao desenvolvimento da criança, por isso, deve ser feito com a intervenção jurídica e social.

Como apresentado, a filiação socioafetiva está primeiramente fundada na posse do estado do agente como filho e a consolidação para esse vínculo se torna possível através do vínculo social e também do vínculo afetivo que se torna decorrente com a convivência familiar.

De acordo com o Código Civil devemos salientar que a filiação socioafetiva não é despida de ascendência genética, porém se constitui um fato de relação amparada juridicamente, pois ela se dá em origem após uma decisão espontânea e de boa fé.

A Constituição Federal através da relevância social ampara com as novas perspectivas jurídicas nas quais se destaca principalmente a socioafetividade para que se estabeleça o estado filiativo, para que esses filhos tenham obrigações e direitos. Conforme a redação do Código Civil de 2002 em seus artigos 1.596 a 1.629 nos traz o conteúdo de igualdade perante todos os filhos.

Não podemos nos esquecer de salientar sobre as novas famílias e suas diversidades, a formação se modifica ao longo dos anos, com isto podemos destacar as famílias compostas por uma gama de diversidade e orientação sexual. Para entendermos a diversidade sexual devemos compreender e reconhecer que cada ser possui uma vida social e biológica diferente de todos os outros agentes, não apenas desejos e vontades sexuais que se forma uma família e sim vontade social, moral, humana e comportamental.

3. Filiação

No início do século XX, em conformidade com a lei da época, formavam uma família apenas aqueles unidos pelo casamento, e recebiam tutela e reconhecimento pelo direito somente os filhos “de sangue” (CANEZIN; EIDT, 2012, p.10).

Antes da reforma do Código Civil de 2002 família era a união de duas pessoas unidos em casamento. Os filhos legítimos eram aqueles concebidos na constância do casamento, sendo que os demais eram considerados ilegítimos.

Desta forma, os filhos concebidos fora do casamento, por parte do marido, não podiam ser reconhecidos pelo pai, pois tal reconhecimento abalaria a estrutura familiar, construída com o passar do tempo pela esposa e pelos filhos. (VENOSA, 2012, p.02).

Com significativas mudanças no século XX, o Direito Civil sofreu alterações para acompanhar as mudanças sociais de filiação, como por exemplo, a equiparação entre os filhos havidos ou não do casamento, o reconhecimento da filiação socioafetiva e da multiparentalidade, com isso afetando a estrutura familiar e também o casamento e a união estável.

Segundo Rodrigo da Cunha Pereira (2015, p. 333), filiação “designa a relação de parentesco na linha reta e em primeiro grau, do filho em relação aos pais. Sob a ótica do pai, dá-se o nome de paternidade; sob a ótica da mãe, maternidade”.

Atualmente, diante de tantas modificações de costumes e alterações legislativas, a filiação não pode mais ser restringida à descendência biológica ou herança genética, mas, como esclarecem Amazonas e Oliveira (2014, 13), a filiação “em um contexto amplo que abarca as diversas configurações familiares, desde as chamadas famílias nucleares, pai, mãe e filhos, até as relações conjugais entre pessoas do mesmo sexo, com a presença de filhos”.

A filiação está prevista também na Constituição Federal de 1988, artigo 227, § 6º, que consagra o princípio da igualdade de filiação (MADALENO, p. 485), ao prever que “Os filhos, havidos ou não da relação do casamento, ou por adoção, terão os mesmos direitos e qualificações, proibidas quaisquer designações discriminatórias relativas à filiação” (BRASIL, 1988).

Por sua vez, o Código Civil de 2002 regulou com mais detalhes a matéria já redigida pela Constituição de 1988, no que diz respeito à família e filiação, acrescentando novas modificações (VENOSA, 2012, p.22), ao dispor em seu Capítulo II – Filiação, que:

Art. 1.596. **Os filhos**, havidos ou não da relação de casamento, ou por adoção, **terão os mesmos direitos e qualificações, proibidas quaisquer designações discriminatórias relativas à filiação.** (BRASIL, 2017, grifo nosso).

Tal qual o Código Civil, o Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei nº 8.069/1990, recepciona o princípio da igualdade de filiação, prevendo no art. 20 que: “Os filhos, havidos ou não da relação do casamento, ou por adoção, terão os mesmos direitos e qualificações, proibidas quaisquer designações discriminatórias relativas à filiação” (BRASIL, 1990).

Neste contexto, em respeito ao princípio constitucional da igualdade de filiação, não há diferença entre filho havido do casamento, seja este fruto da reprodução natural ou assistida, e aquele havido fora e o adotivo. Inexiste, por vedação constitucional e legal, a diversidade de direitos, qualificações discriminatórias e efeitos diferenciados pela origem da filiação (RODRIGUES, 2008, p. 298). Desta forma, quem registra um filho, independentemente da forma em que a parentalidade foi constituída, deve garantir a educação, a saúde, a moradia, etc.

Com o direito igualitário entre os filhos, independente se ser adotivo, socioafetivo ou biológico, são gerados os mesmos efeitos de paternidade, direitos e deveres. No entanto, conforme explica Fugita (2011, p. 10), “a filiação importa ainda em um conjunto de direitos e deveres por parte daqueles que geraram, ou adotaram, o filho, consistentes em prover as suas necessidades, ministrar-lhe educação e prepará-lo para a vida [...]”.

Segundo doutrina Carine A. Rizzardo, (2013) em artigo intitulado "Paternidade Socioafetiva"

A relação de filiação é o vínculo mais importante da união e aproximação das pessoas. Constitui um liame inato, emanado da própria natureza, que nasce instintivamente e se prolonga ao longo da vida dos seres humanos, e tais laços jamais desaparecem, porquanto se revelam em um componente ôntico da pessoa, mais perene e profundo que qualquer outro relacionamento. A partir do parâmetro acima, consolidou-se uma necessária mudança na conceituação de pai e de filho, passando-se a ser dada fundamental atenção ao instituto da socioafetividade, o qual vai além dos laços de consanguinidade.

A filiação é distinta entre natural e civil, sendo que a filiação natural é resultante da procriação, enquanto a filiação civil decorre da adoção simples ou plena, e, também, do registro da parentalidade socioafetiva. A adoção e o registro de parentalidade socioafetiva são efetivados a partir de atos jurídicos em virtude dos quais alguém assume a situação de pai, de mãe, ou de ambos, de uma criança, adolescente ou mesmo de pessoa adulta.

O conceito de família, conforme relatado anteriormente, tem sofrido uma grande mudança no passar dos tempos e, com isso, o conceito de filiação também sofreu mudanças. De acordo com o art. 1.593 do Código Civil (BRASIL 2002), “O parentesco é natural ou civil, conforme resulte de consanguinidade ou outra origem”. O direito é interpretativo, portanto, abre espaço para vários entendimentos já existentes laços que se sobrepõe aos de sangue e, portanto, devem ser levados em consideração.

A filiação nem sempre resulta da união sexual, da relação biológica, pois a Constituição Federal, o Estatuto da Criança e do Adolescente e o Código Civil reconhecem a filiação sociológica ou também chamada adoção para fins de filiação e de formação de família independente de gênero.

Do conceito de família e filiação, decorrem dois institutos importantes a serem analisados na sequência do presente estudo, são a parentalidade e a socioafetividade, que embora estejam relacionados, têm características e origens diferenciadas.

4. Parentalidade e socioafetividade

A parentalidade pode ser definida sob os aspectos biológico, jurídico e socioafetivo, e o que é levado em consideração é a forma de interação e de convivência entre os “pais” e “filhos” para que se possa haver a relação familiar.

Rodrigo da Cunha Pereira (2015, p.502) esclarece que a expressão parentalidade começou a ser usada em textos psicanalíticos na década de 1960, para marcar a dimensão e importância do exercício da relação entre pais e filhos.

Segundo o autor (PEREIRA, 2015, p. 502)

Em Direito de Família, traduz-se como a condição de quem é parente. É a relação de parentesco que se estabelece entre pessoas da mesma família, seja em decorrência da consanguinidade, da socioafetividade ou pela afinidade, isto é, o vínculo decorrente dos parentes do cônjuge/companheiro.

Para Carvalho:

A definição da paternidade e da maternidade leva em conta, igualmente, conceitos reveladores de um vínculo socioafetivo, construído na convivência familiar por atos de carinho e amor, olhares, cuidados, preocupações, responsabilidades, participações diárias. Investe-se no papel de mãe ou pai aquele que pretende, intimamente, sê-lo e age como tal: troca as fraldas, esquentando a mamadeira, dá-lhe de comer, brinca, joga bola com a criança, ensina andar de bicicleta, leva-a para a escola e para passear, cuida da lição, ensina, orienta, protege, preocupa-se quando ela está doente, leva ao médico, contribui para a sua formação e identidade pessoal e social. (CARVALHO, 2012, p. 107).

Atualmente, na doutrina, é comum dizer que o afeto alcançou o valor jurídico e vem evoluindo no direito de família. Flávio Tartuce, ao escrever ao artigo “O princípio da afetividade no Direito da Família”, destaca três consequências que este princípio acarreta, sendo a terceira aquela que mais chama a atenção.

Primeiro, contribuiu para a união homoafetiva, seu reconhecimento jurídico. Segundo, a importância e penalidade em decorrência do abandono afetivo, essência nas famílias brasileiras atualmente. Terceira consequência é o reconhecimento da parentalidade socioafetiva como uma nova modalidade de parentesco. (STF, RE nº 898.060, Rel Min. Luiz Fux, Plenário, pub. 24/08/2017).

A socioafetividade nada mais é do que o laço afetivo entre pai e filho, mãe e filho. É aquele laço que não é oriundo biologicamente, mas sim de um vínculo afetivo.

Decorre de um ato de vontade própria, respeito, amor recíproco construído ao longo do tempo, dia após dia, com base no afeto, independentemente de vínculo sanguíneo, aquele vínculo familiar que é construído com o passar do tempo ao longo do convívio entre os indivíduos.

O Código Civil de 2002 abriu um leque de possibilidades, ao trazer o conceito de parentesco civil, passando a ser parente todo aquele que integre à família, independente se há uma relação de consanguinidade ou apenas uma relação de afeto entre os agentes.

O artigo 1.593 do Código Civil abriu uma brecha para que se reconheça filiação socioafetiva quando faz referência ao parentesco de outra origem e o artigo 1.596 do Código Civil aboliu as distinções entre os filhos adotivos e sanguíneos, igualando-os aos demais de acordo com a Constituição Federal.

O artigo 28 do Estatuto da Criança e do Adolescente também dispõe sobre a socioafetividade, como fonte de parentesco, ao tratar da família substituta, prevendo que “A colocação em família substituta far-se-á mediante guarda, tutela ou adoção, independentemente da situação jurídica da criança ou adolescente, nos termos desta Lei”, sendo ressalvado no § 3º do mesmo artigo que na “apreciação do pedido levar-se-á em conta o grau de parentesco e a relação de afinidade ou de afetividade, a fim de evitar ou minorar as consequências decorrentes da medida”.

Verifica-se, portanto, que a socioafetividade constitui uma das fontes geradoras do parentesco, do exercício da parentalidade, seja esta materna, paterna, entre irmãos ou decorrente de outro vínculo parental ou afetivo, que se consolida com o tempo (PEREIRA, 2015, p. 651).

Conclui-se, com o acima exposto, que a parentalidade decorrente da socioafetividade pode apresentar-se por meio da adoção plena ou unilateral, da reprodução assistida em que ocorre inseminação artificial heteróloga³, da posse do estado de filho⁴ e, mais recentemente, do registro em cartório da parentalidade socioafetiva.

³ Conforme ensina Meireles (2000, p. 26) inseminação artificial heteróloga consiste em um meio científico de reproduzir e implantar um zigoto por meio de coleta de material genético de terceiro doador. Esta técnica se difere da inseminação artificial homóloga, pois na homóloga, o material genético utilizado na inseminação é conjugal.

⁴ Posse do estado de filho corresponde à “situação de alguém que é criado como filho, mesmo sem sê-lo geneticamente. É quando o ‘filho’ é tratado por seus ‘pais’, de modo que se repute no meio familiar e social como filho daquele que o cria” (PEREIRA, 2015, p. 543).

5. Reconhecimento da filiação

A maternidade e paternidade vêm sofrendo grandes e notáveis evoluções nos últimos anos, e com isso, muitas oportunidades de se construir família, com vínculos sociais, científicos ou jurídicos.

Com as consideráveis mudanças, o direito também passa por transições para ampará-los através das leis, reconhecendo a validade jurídica dos novos arranjos familiares e, conseqüentemente, dos novos tipos de filiação, incluindo os decorrentes das relações socioafetivas, caracterizadas pela existência de fortes vínculos afetivos, mas sem a necessidade de laços sanguíneos.

O vínculo socioafetivo veio ganhando força em decorrência dos múltiplos tipos de família, que necessitam da edição de normas legais para que seus direitos, enquanto membros de uma família, sejam reconhecidos, o que ensejou, também, no aumento de possibilidades de reconhecimento da parentalidade.

A primeira forma de reconhecimento da filiação, existente no ordenamento jurídico brasileiro, é a decorrente de ato voluntário por meio registro de nascimento, constituindo a parentalidade registral, que goza de presunção de veracidade, prevista nos termos dos artigos 1.603 e 1.604, do Código Civil:

Art. 1.603. A filiação prova-se pela certidão do termo de nascimento registrada no Registro Civil.

Art. 1.604. Ninguém pode vindicar estado contrário ao que resulta do registro de nascimento, salvo provando-se erro ou falsidade do registro.

No entanto, conforme esclarece Maria Berenice Dias (2017, p. 642) essa não é a única forma de reconhecimento voluntário da paternidade, que pode ser realizada por meio de “escritura pública, o escrito particular, o testamento e a declaração manifestada perante o juiz também comprovam a filiação (CC 1.609)”.

Além do registro voluntário, o reconhecimento da paternidade biológica pode ocorrer por determinação judicial, por sentença que julgar procedente a ação de investigação de paternidade, produzindo os mesmos efeitos do reconhecimento espontâneo.

Com relação ao reconhecimento da parentalidade socioafetiva, decorrente de adoção, do nascimento de filhos por inseminação artificial heteróloga e, ainda, das

relações parentais decorrentes de relações socioafetivas, o procedimento deveria ser obrigatoriamente judicial, em regra, rigoroso, complexo e demorado.

Nesse contexto, a Corregedoria Nacional do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) editou, em 14 de novembro de 2017, o Provimento nº 63 estabelecendo regras para o procedimento do registro extrajudicial da filiação socioafetiva, estipulando que o reconhecimento voluntário da paternidade ou maternidade socioafetiva de pessoa de qualquer idade seria autorizado perante os oficiais de registro civil das pessoas.

O Provimento nº 63 representou um grande avanço normativo, pois facilitou o reconhecimento dos filhos socioafetivos, ato que só poderia ser realizado, anteriormente, após um rigoroso processo de adoção judicial.

Contudo, a Corregedoria do CNJ houve por bem editar o Provimento nº 83, em 14 de agosto de 2019, modificando dispositivos do Provimento nº 63, com mudanças significativas nos reconhecimentos extrajudiciais restringindo algumas questões, com a finalidade de proteger o melhor interesse da criança.

A partir da vigência do Provimento 83, somente os filhos acima de 12 anos poderão se valer do registro da filiação socioafetiva pela via extrajudicial, restando aos menores desta idade apenas a via judicial.

O reconhecimento de um filho socioafetivo depois de concluído, não tem possibilidade de desfazer. Com isso, as obrigações e deveres como pai ou mãe são as mesmas de um filho biológico.

De acordo com tese fixada pelo Plenário do Supremo Tribunal Federal: “A paternidade socioafetiva, declarada ou não em registro público, não impede o reconhecimento do vínculo de filiação concomitante baseado na origem biológica, com os efeitos jurídicos próprios” (STF, 2016).

Essa informação é essencial para as famílias brasileiras, a fim de evitar o abandono afetivo, que infelizmente é comum nas famílias da atualidade.

O reconhecimento afetivo posterior ao biológico não anula qualquer outro vínculo já efetivado.

O que é válido e importante destacar é a obrigação de alimentar na paternidade socioafetiva, como os direitos e deveres de pais biológicos e afetivos são equiparados, as obrigações serão as mesmas, como a educação e alimentos, além do direito sucessório.

Assim, ensina Goulart:

Já no caso do estado de filiação, sendo matéria que afeta o Direito de Família e Sucessões por consequência, é inviolável que uma decisão judicial negue a legitimidade da posse de estado de filiação. Devendo, assim, o filho socioafetivo ser considerado como herdeiro necessário, sendo qualificado e portador dos mesmos direitos, conforme o disposto no art. 1.845 do Código Civil de 2002. (GOULART, 2013, p. 9).

Portanto, os direitos sucessórios dos socioafetivos devem ser os mesmos que os dos filhos biológicos, pois há a relação familiar entre os pais e os socioafetivos, devendo eles serem herdeiros necessários. Outros direitos e deveres devem ser observados, pois decorrem do registro da parentalidade socioafetiva, como será visto a seguir.

6. Reconhecimento e registro da filiação socioafetiva

Anteriormente à edição do Provimento nº 63 do CNJ⁵, o reconhecimento da paternidade socioafetiva era feito pela via judicial e implicava em um longo processo a ser julgado pelo Juiz da Vara da Infância e da Juventude, ou em ações em que se requeria o reconhecimento da filiação socioafetiva para fins de efetivação de direitos patrimoniais e/ou previdenciários.

Com a edição do Provimento 63, o CNJ criou a possibilidade de inclusão dos vínculos afetivos diretamente nos Cartórios de Registro Civil, ou seja, o reconhecimento e registro da filiação socioafetiva deixou de ser exclusivamente judicial e, desde que preenchidos os requisitos exigidos pelo CNJ, os interessados podem recorrer a este meio extrajudicial para que seja efetuado o procedimento.

Não é obrigatório que seja feito no mesmo cartório onde ocorreu o registro de nascimento da criança ou adolescente. Apenas será necessário a apresentação de todos os documentos pessoais exigidos, bem como da manifestação da vontade das partes envolvidas.

⁵ Há discussão quanto à constitucionalidade dos Provimentos nº 63 e nº 83 do CNJ, bem como aos limites do referido órgão, tendo em vista que a matéria regulamentada é de natureza processual, cuja competência é privativa da União, nos termos do artigo 22, I da CF/1988. Nesse sentido, Kümpel e Borgarelli (2018) tecem as seguintes considerações: “Sem dúvida, o Poder Judiciário tem competência para fiscalizar o serviço de notas e registros (artigo 236, parágrafo 1º CF/88). Também é clara a competência do CNJ para “regulamentar a padronização das certidões de nascimento, casamento, óbito e certidão de inteiro teor”. O grande problema está no fato de o órgão sedimentar, através do ato, questões que deveriam passar antes pelo processamento legislativo, especialmente pela relação com garantias constitucionais”. Entretanto, o assunto não será analisado dentro da presente pesquisa, cujo tema está restrito aos efeitos da parentalidade socioafetiva.

O pedido de registro deve ser solicitado pelo responsável legal do adolescente, já que o Provimento 83 exige que os filhos a serem reconhecidos tenham idade igual ou superior a 12 (doze) anos.

Também deverá ser representada sua livre vontade de ser reconhecido, podendo constar até o nome de dois pais e/ou duas mães no mesmo registro.

A Lei de Registros Públicos número 6.015 de 31 de dezembro de 1973 permite que enteados tenham os nomes, em seu registro, do pai adotante sem a necessidade de prévia autorização dos pais biológicos. Mas vale ressaltar que o pai socioafetivo deve ser maior de 18 (dezoito) anos e que também é exigida a diferença de idade mínima de 16 (dezesseis) anos, entre os pais e os filhos socioafetivos.

Com a implementação da possibilidade de registro no Cartório Civil aumentou o número de registros de parentalidade socioafetiva, pois o procedimento extrajudicial facilitou para aqueles que sempre obtiveram vontade de reconhecer a filiação afetiva. Portanto, esse foi um avanço notável, que trouxe para muitas pessoas a regularização de uma situação de parentalidade de fato, resguardando o direito dessas famílias.

De acordo com as novas orientações implementadas pelo Provimento nº 83, sendo comprovado que a parentalidade socioafetiva é estável e exteriorizada socialmente, o registrador deverá atestar a existência do vínculo afetivo, por meio de criteriosa análise dos fatos, documentos e demais provas apresentadas pelos requerentes.

Os direitos de pais e filhos após a adoção socioafetiva são os mesmos de filhos biológicos e dos filhos adotivos, sem qualquer distinção, gerando e assegurando todos seus direitos e deveres como filho.

Importante ressaltar que o reconhecimento da parentalidade socioafetiva não exime os pais biológicos dos direitos e das obrigações, inclusive patrimoniais, perante àquele que teve incluído em seu registro de nascimento o nome do(s) pai(s) socioafetivos, assegurado pelo Código Civil em seu artigo 1.593.

O reconhecimento da parentalidade socioafetiva não desfaz o poder familiar, de forma que todos os pais, biológicos, registrais e/ou socioafetivos têm os mesmos direitos e deveres para com os filhos.

Podemos concluir, que os novos arranjos familiares atuais dispõem em seus valores humanos uma imensa solidariedade pelo adotado, não distinguindo os filhos biológicos ou socioafetivos, sobretudo garantem a igualdade de tratamento, de direitos e de responsabilidades entre si.

7. Provimentos nº 63 e nº 83, do Conselho Nacional de Justiça

O Provimento nº 63 do Conselho Nacional de Justiça em seu artigo 14 prevê que “O reconhecimento da paternidade ou maternidade socioafetiva somente poderá ser realizado de forma unilateral e não implicará o registro de mais de dois pais e de duas mães no campo filiação no assento de nascimento”. (BRASIL, 2017).

Posteriormente, em 14 de agosto de 2019, foi editado pelo CNJ o Provimento nº 83, trazendo mudanças significativas e pontuais na Seção II do Provimento 63, que trata da paternidade socioafetiva. com o intuito de salvaguardar os direitos da criança e do adolescente.

Entretanto, como esclarece Ricardo Calderón (2019), as demais seções foram mantidas, de forma que o Provimento nº 63 continua sendo a regulação base do reconhecimento de paternidade feito extrajudicialmente.

Uma importante alteração trazida pelo Provimento nº 83 é no que tange à idade das pessoas a serem reconhecidas socioafetivamente no Cartório de Registro Civil, já que o Provimento nº 63 não manifestava um critério etário destacado em seu artigo 10. Atualmente, somente pode ser feito o registro de filiação socioafetiva, diretamente em Cartório de Registro Civil das Pessoas Naturais, de adolescentes⁶ e adultos.

Também foi acrescentado o artigo 10-A, adicionado critérios objetivos para verificar a existência do vínculo afetivo, essencial para o reconhecimento da parentalidade socioafetiva,

Art. 10-A. A paternidade ou a maternidade socioafetiva deve ser estável e deve estar exteriorizada socialmente.

1º O registrador deverá atestar a existência do vínculo afetivo da paternidade ou maternidade socioafetiva mediante apuração objetiva por intermédio da verificação de elementos concretos.

De acordo com o artigo 10-A, § 3º, do Provimento nº 83 do CNJ, a ausência de documentos necessários não impede o registro para o vínculo socioafetivos desde que se justifiquem a ausência desses documentos e a impossibilidade de sua apresentação, porém, deverá ser apurado e testado o vínculo socioafetivo entre os agentes.

Para evitar insegurança jurídica com relação ao procedimento extrajudicial, o Provimento 83 traz um dispositivo que prevê, no § 4º, a necessidade de arquivamento

⁶ De acordo com o art. 2º, do Estatuto da Criança e do Adolescente, “Art. 2º Considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade” (BRASIL, 1990).

dos documentos apresentados para a comprovação do vínculo socioafetivo: “Os documentos colhidos na apuração do vínculo socioafetivo deverão ser arquivados pelo registrador (originais ou cópias) juntamente com o requerimento”.

Outra mudança importante deu-se em relação à obrigatoriedade de manifestação do Ministério Público, tendo em vista que muitos de seus representantes entendiam que deviam intervir no procedimento, devido ao papel do MP na defesa dos interesses de crianças e adolescentes.

Feito o pedido de reconhecimento socioafetivo, o registrador civil encaminhará ao Ministério Público para sua aprovação.

Nesse sentido, destaca (BARBOSA E TARTUCE P.7)

Neste caso, o parecer do Ministério Público será ofertado diretamente para o Registrador Civil, o que consolida a diretriz de desjudicialização do procedimento. Se o parecer do órgão ministerial for favorável, será feito o reconhecimento extrajudicial da ascendência socioafetiva.

Com essa mudança o Registrador Civil atuará ao lado do Ministério Público proporcionando assim ao instituto uma melhora na segurança jurídica do adolescente, destacando-se o Provimento 83 inclui a participação do MP na própria esfera extrajudicial, já que o texto prevê que o parecer será ofertado diretamente para o oficial do registro civil:

9º Atendidos os requisitos para o reconhecimento da paternidade ou maternidade socioafetiva, o registrador encaminhará o expediente ao representante do Ministério Público para parecer.

I – O registro da paternidade ou maternidade socioafetiva será realizado pelo registrador após o parecer favorável do Ministério Público.

II – Se o parecer for desfavorável, o registrador não procederá o registro da paternidade ou maternidade socioafetiva e comunicará o ocorrido ao requerente, arquivando-se o expediente.

III – Eventual dúvida referente ao registro deverá ser remetida ao juízo competente para dirimi-la.

A próxima alteração, trazida pelo Provimento 83, tem o objetivo de esclarecer a interpretação da leitura inicial do artigo 14 do Provimento 63, especificamente quanto à hipótese de multiparentalidade: “O reconhecimento da paternidade ou maternidade socioafetiva somente poderá ser realizado de forma unilateral e não implicará o registro de mais de dois pais e de duas mães no campo FILIAÇÃO no assento de nascimento.”

Para esclarecer as dúvidas quanto ao dispositivo em comento, o Provimento 83 incluiu dois parágrafos no artigo 14, deixando claro que “Somente é permitida a inclusão de um ascendente socioafetivo, seja do lado paterno ou do materno” e que “A inclusão de mais de um ascendente socioafetivo deverá tramitar pela via judicial.”

Verifica-se que todas as alterações feitas pelo Provimento 83, analisadas acima, têm o propósito de resguardar o melhor interesse da criança e do adolescente, de forma a continuar permitindo o registro da parentalidade socioafetiva para os casos em que não há dúvidas quanto à existência do vínculo afetivo, mas com os cuidados de exigir a manifestação do MP e de limitar as possibilidades, restringindo o acesso ao procedimento extrajudicial apenas para os casos que envolvem crianças e registros de mais de dois pais/mães, que continuam necessitando da apreciação do Judiciário.

8. Efeitos patrimoniais e previdenciários da parentalidade socioafetiva

Os efeitos advindos da parentalidade socioafetiva são, em regra, os mesmos decorrentes da filiação natural e da adoção, entretanto, com a ressalva de que, como a adoção plena introduz completamente o adotado na família do adotante, nasce uma nova relação parental, cessando, em contrapartida, a filiação biológica com os pais e todos os vínculos sanguíneos e civis com os demais parentes da família originária.

Este rompimento de vínculos sanguíneos e civis não ocorre com a parentalidade socioafetiva e o filho socioafetivo passa a ser filho de todos aqueles que contam como pais e ou mães em seu registro civil.

Além dos vínculos civis e dos direitos e deveres decorrentes da paternidade e/ou maternidade, também devem ser observados os efeitos patrimoniais e os efeitos previdenciários, já que, como está disposto no artigo 1.835 do Código Civil, é vedada qualquer forma de distinção entre os filhos.

Desta forma, o parentesco socioafetivo traz os mesmos efeitos do parentesco sanguíneo natural. (BARBOZA, 2007, p. 10-11)

São efeitos pessoais: a) a criação do vínculo de parentesco na linha reta e na colateral (até o 4º grau), permitindo a adoção do nome da família e gerando impedimentos na órbita civil, como os impedimentos para casamento, e pública, como os impedimentos para assunção de determinados cargos públicos; b) a criação do vínculo de afinidade. Sob o aspecto patrimonial são gerados direitos (deveres) a alimentos e direitos sucessórios. O reconhecimento do parentesco com base na socioafetividade deve ser criterioso, uma vez que, como demonstrado, envolve terceiros, não

necessariamente envolvidos na relação socioafetiva, mas que certamente serão alcançados pelo dever de solidariedade que é inerente às relações de parentesco.

Os tribunais brasileiros têm sido coerentes com os efeitos patrimoniais decorrentes da socioafetividade, reconhecendo os direitos hereditários dos filhos socioafetivos, conforme podemos observar na ementa abaixo:

EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO - DIREITO DE FAMÍLIA - DIREITO SUCESSÓRIO - AÇÃO DECLARATÓRIA DE FILIAÇÃO/PATERNIDADE SOCIOAFETIVA POST MORTEM - RECONHECIMENTO DA FILIAÇÃO SOCIOAFETIVA - VEDAÇÃO DE DISCRIMINAÇÃO MORAL OU PATRIMONIAL - ASSEGURAÇÃO DOS DIREITOS HEREDITÁRIOS DECORRENTES DA EVENTUAL COMPROVAÇÃO DO ESTADO DE FILIAÇÃO - REGRA GERAL: RESERVA DO QUINHÃO HEREDITÁRIO - EXCEÇÃO: MODIFICAÇÃO SUBSTANCIAL NA FORMA DE PARTILHA DE BENS - RESPEITO À ORDEM DE VOCAÇÃO HEREDITÁRIA. - De acordo com a legislação civil, a filiação socioafetiva constitui uma das modalidades de parentesco civil (artigo 1.583, do CC/02), sendo vedado qualquer tipo de discriminação decorrente desta relação (artigo 1.582, do CC/02), sejam eles de caráter moral ou patrimonial - Conforme decidido pelo Superior Tribunal de Justiça, a paternidade engloba diversas responsabilidades, de ordem moral ou patrimonial, devendo ser assegurados os direitos hereditários decorrentes da comprovação do estado de filiação (REsp 1618230/RS, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÓAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 28/03/2017, DJe 10/05/2017) - Em regra, a determinação de reserva de quinhão se mostra medida suficientemente apta a resguardar os interesses dos pretensos herdeiros até a resolução definitiva da ação na qual se discute o reconhecimento do estado de filiação (§ 2º, do artigo 628, do CPC/15)- Nas hipóteses em que, excepcionalmente, o reconhecimento da filiação socioafetiva implicar, por força da ordem de vocação hereditária (artigo 1.829, do CC/02), substancial modificação na forma da partilha dos bens, é recomendada a suspensão do inventário em curso (alínea a, do inciso V, do artigo 313, do CPC/15)- No caso, com o eventual acolhimento da pretensão deduzida pelo pretense filho socioafetivo, a ordem de vocação hereditária será substancialmente alterada, irradiando efeitos sobre o desfecho patrimonial do inventário, já que o autor da herança o teria como único herdeiro (inciso I, do artigo 1.829, do CC/02), o que autoriza a suspensão do processo de inventário.

(TJ-MG - AI: 10024143396489002 MG, Relator: Ana Paula Caixeta, Data de Julgamento: 10/04/0018, Data de Publicação: 13/04/2018)

No que se refere aos direitos previdenciários, também não há nenhuma diferença. De acordo com o artigo 16 da Lei 8213/1991, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências, não há distinção entre os filhos, para que estes sejam dependentes do segurado:

Art. 16. São beneficiários do Regime Geral de Previdência Social, na condição de dependentes do segurado:

I - o cônjuge, a companheira, o companheiro e **o filho não emancipado, de qualquer condição**, menor de 21 (vinte e um) anos ou inválido ou que tenha deficiência intelectual ou mental ou deficiência grave; (BRASIL, 1991)

Temos também os direitos à pensão alimentícia vindo da parentalidade socioafetiva. De acordo com o artigo 1.694, § 1,º do Código Civil, “Os alimentos devem ser fixados nas proporções das necessidades do reclamante e dos recursos da pessoa obrigada”, sem qualquer referência ou discriminação quanto ao tipo de parentalidade.

Então, podemos concluir que ambos os pais, sejam biológicos ou socioafetivos, devem prestar alimentos, assistência e todas as garantias básicas da melhor maneira aos filhos, já que a parentalidade não deve ter distinção.

Desta forma, a parentalidade socioafetiva, assim como a biológica e a adotiva, gera direitos e responsabilidades para com os filhos e, como a filiação socioafetiva não afasta os direitos dos filhos, decorrentes da filiação biológica, todos os pais e mães que constarem no registro do filho serão sujeitos de direitos e deveres decorrentes da parentalidade.

9. Conclusão

Ao longo deste trabalho ficou demonstrado que a sociedade teve uma evolução muito significativa, nas últimas décadas, quanto ao conceito e à constituição das famílias, influenciando diretamente no contexto familiar e no reconhecimento dos direitos dessas famílias, direitos, esses, relacionados diretamente ao princípio da dignidade da pessoa humana, previsto no artigo 1º, inciso III, da Constituição Federal de 1988.

Nos atuais tempos, a formação das famílias está cada vez mais eclética, e o contexto do patriarcado vem sendo rompido paulatinamente, de forma que o espaço antes ocupado apenas por “chefes de família” tem sido conquistado por outros membros familiares.

Há famílias de todas as formas e tamanhos. Desde as denominadas “famílias tradicionais”, como aquelas constituídas somente por mãe e filho, pai e filho, avôs e netos e também pessoas do mesmo sexo, etc. Esta evolução nas formações familiares tem ocasionado, também, alterações legislativas, constantes inclusive no Código Civil de 2002, que também trouxe grandes mudanças nesse quesito.

Nesse contexto, a parentalidade socioafetiva constitui-se pela existência de um laço afetivo, forte, evidente e carinhoso entre os agentes, mesmo o laço familiar não sendo sanguíneo. A filiação socioafetiva não se trata apenas de adoção, mas sim do reconhecimento da importância desse vínculo de afeto.

Após a edição do Provimento nº 63, pelo CNJ, inaugurou-se a possibilidade de se reconhecer a parentalidade de forma mais simples e com grande facilidade para ambas as partes, pois foi permitido o reconhecimento da filiação socioafetiva a ser lavrado, de forma extrajudicial, direto no Cartório de Registro Civil.

O reconhecimento extrajudicial previsto no Provimento 63 proporcionou um grande avanço e facilitou o registro, mas trouxe uma série de dúvidas com relação à segurança jurídica do procedimento, principalmente com relação à falta de limite idade dos filhos que poderiam ser reconhecidos como também relativa à desnecessidade da manifestação obrigatória do Ministério Público em todos os casos.

Esses problemas foram aparentemente sanados com a edição do Provimento 83 do CNJ, que trouxe alterações substanciais na Seção II do Provimento 63, que trata da paternidade socioafetiva, com o objetivo de resguardar os direitos da criança e do adolescente, tendo em vista que os efeitos gerados ao efetivar o registro de parentalidade socioafetiva são de suma importância e responsabilidade, além de o registro ter caráter irrevogável.

Dentre as modificações, destacam-se a limitação para o reconhecimento de filhos de 12 anos ou mais e a manifestação obrigatória do Ministério Público no procedimento, cuja intervenção é de fundamental relevância perante a proteção do adolescente envolvido.

Verificou-se, com o presente estudo, que, embora haja muitas vantagens no reconhecimento extrajudicial da parentalidade socioafetiva, como a facilidade, eficiência no que tange à rapidez do procedimento e, também, à simplificação dos atos, há pontos que devemos analisar criteriosamente, pois os efeitos gerados são definitivos e irrevogáveis.

Ao contrário da adoção em que se rompe o vínculo parental em decorrência da perda do poder familiar, o reconhecimento da filiação socioafetiva apenas acrescenta uma nova parentalidade na certidão, podendo gerar, inclusive, casos de multiparentalidade, ou seja, a existência de mais de um pai e/ou mais de uma mãe na certidão do filho socioafetivo.

Os efeitos advindos da parentalidade socioafetiva têm a mesma natureza dos decorrentes da filiação biológica e da filiação adotiva, quais sejam: existência de vínculos cívicos e afetivos, previdenciários, alimentícios e sucessórios, já que os pais e mães socioafetivos têm os mesmos direitos e as mesmas responsabilidades perante filhos biológicos e socioafetivos, sem qualquer distinção, sendo necessário tomar todos os cuidados para não violar os direitos da criança e do adolescente.

10. Referências bibliográficas

BARBOZA, Heloisa Helena Gomes. Efeitos jurídicos do parentesco socioafetivo. Revista IBDFAM. Belo Horizonte: IBDFAM, 2007.

BRASIL, Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. *D.O.U. de 05.10.1988*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 06 nov. 2019.

_____. Código Civil de 2002. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. *D.O.U, de 11.01.2002*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406compilada.htm. Acesso em: 06 nov. 2019.

_____. Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei nº 8069 de 13 de julho de 1990, atualizada em 2020. *D.O.U de 16.7.1990 e retificado em 27.9.1990*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm.> Acesso em: 21 set. 2020.

BRUNETTO, Raquel Silva Cunha; BOSELLI, *Reconhecimento de Filho e Provimento n.16 do Conselho Nacional de Justiça*. ARPEN-SP. Disponível em: <https://arpen-sp.jusbrasil.com.br/noticias/100577189/artigo-reconhecimento-de-filho-50-e-provimento-n-16-do-conselho-nacional-de-justica-por-raquel-silva-cunha-brunettoe-karine-maria-famer-rocha-boselli>. Acesso em: 10 nov. 2019

CALDERÓN, Ricardo. Primeiras Impressões sobre o Provimento 83 do CNJ que alterou as disposições sobre registro extrajudicial da filiação socioafetiva regidas pelo Provimento 63, Disponível em: [https://ibdfam.org.br/assets/img/upload/files/FINAL%20Coment%C3%A1rios%20Provimento%2083-2019%20CNJ%20\(revisado%2021%20agosto\)%20-%20calderon%20-%20FINAL%20-%20com%20refer%C3%A2ncias.pdf](https://ibdfam.org.br/assets/img/upload/files/FINAL%20Coment%C3%A1rios%20Provimento%2083-2019%20CNJ%20(revisado%2021%20agosto)%20-%20calderon%20-%20FINAL%20-%20com%20refer%C3%A2ncias.pdf). Acesso em 27 ago. 2020.

CARVALHO, Carmela Salsamendi de. *Filiação Socioafetiva e “conflitos” de paternidade ou maternidade*. Curitiba: Juruá Editora, 2012.

CNJ, Conselho Nacional de Justiça. *Provimento n. 63* de 14 de novembro de 2017. Disponível em:

https://atos.cnj.jus.br/files//provimento/provimento_63_14112017_19032018150944.pdf. Acesso em: 09 nov. 2019

_____. *Provimento n. 83* de 14 de agosto de 2019. Disponível em: http://atos.cnj.jus.br/files/provimento/provimento_83_14082019_15082019095759.pdf. Acesso em: 09 nov. 2019.

CONJUR. Assessoria de imprensa (com informações do TJRS). Filho criado por pai Socioafetivo tem Direito à Herança do Pai Biológico. *CONJUR: Revista Consultor Jurídico*, 04 de abril de 2017. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2017-abr04/filho-criado-pai-socioafetivo-direito-heranca-pai-biologico>. Acesso em: 10 Nov. 2019.

DIAS, Maria Berenice. *Manual de direito das famílias*. (livro eletrônico). 3 ed. São Paulo. Revista dos Tribunais, 2017.

GOULART, Fabiane Aline Teles. O reconhecimento da Filiação Socioafetiva com seus Efeitos Sucessórios. *Revista Brasileira de Direito das Famílias e Sucessões*, Porto Alegre: Magister; Belo horizonte: IBDFAM, ano XIV, n. 32, p. 17, fev./mar 2013. Disponível em: <www.lex.com.br>. Acesso em: 10 nov. 2019.

IBDFAM. *Ministro considera viável pedido do Ibdfam que visa regulamentar registro de paternidade socioafetiva em cartórios brasileiros*. IBDFAM, 2017. Disponível em: <https://www.ibdfam.org.br/noticias/6224/Ministro+considera+vi%C3%A1vel+pedido+do+IBDFAM+que+visa+regulamentar+registro+de+paternidade+socioafetiva+em+cart%C3%B3rios+brasileiros>. Acesso em: 21 de agosto de 2020.

KÜMPPEL, Vitor Frederico; BORGARELLI, Bruno de Ávila. Provimento reaviva debate sobre limites do CNJ em serventias extrajudiciais. *Revista da Arpen-SP*, São Paulo, p. 32 - 34, 01 mar. 2018.

MEIRELLES, Jussara Maria Leal de. *A vida humana embrionária e sua proteção jurídica*. Rio de Janeiro: Renovar, 2000.

PEREIRA, Rodrigo da Cunha. *Dicionário de direito de família e sucessões: Ilustrado*. Rodrigo da Cunha Pereira. - São Paulo: Saraiva, 2015.

PEREIRA, Rodrigo da Cunha. Famílias Ensambladas e Parentalidade Socioafetiva - Propósito da Sentença do tribunal Constitucional, de 30.11. 2007. *Revista Brasileira de Direito das Famílias e Sucessões*. Porto Alegre: Magister, v. 7, n. 10, 2009. Acesso em: 28 out. 2019.

RIZZARDO, Arnaldo. *Paternidade socioafetiva*. Normas Legais. Publicado em 16.04.2013. Disponível em: <http://www.normaslegais.com.br/juridico/paternidade-socio-afetiva.htm> Acesso em: 12 set. de 2020.

RIZZARDO, Carine A. *Filiação Socioafetiva e a multiparentalidade* (Família), 07 de

julho de 2015. Disponível em:
<http://www.rizzaroadvogados.com.br/artigos/paternidade-socio-afetiva.html>. Acesso em: 02 jul. 2020

RODRIGUES, Geraldo Silva; CONCIANI, Marcos Vinicius De Souza. A família socioafetiva: uma visão crítica acerca das novas entidades familiares vinculadas ao afeto. *Revista Intervenção, Estado e Sociedade*, Ourinhos - SP, v. 2, n. 1, p. 112-127, mar. 2015.

SANTOS, Greice Tatiele dos. *Reconhecimento de filiação socioafetiva extrajudicial conforme provimento 63 do conselho nacional de justiça*. Disponível em: <http://bibliodigital.unijui.edu.br:8080/xmlui/bitstream/handle/123456789/5408/Greice%20Tatiele%20dos%20Santos.pdf?sequence=1>. Acesso em: 06 nov. 2019

STF. *Notícias STF*. Fixada tese de julgamento que trata de responsabilidade de pais biológicos e socioafetivos. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=325874>. Acesso em 13 nov. 2019.

TARTUCE, Fernanda; SILVA, Erica Barbosa. Reconhecimento de paternidade socioafetiva no cartório de registro civil: mudanças significativas. *Revista IBDFAM: FAMÍLIAS E SUCESSÕES*, v.35 (set./out.) - Belo Horizonte: IBDFAM, 2019, p. 41-50. Disponível em: <http://www.fernandatartuce.com.br/wp-content/uploads/2019/11/Reconhecimento-socioafetivo-cartorio-Erica-Barbosa-e-Fernanda-Tartuce.pdf>. Acesso em 15 de Setembro de 2020.

VENOSA, Sílvio de Salvo. *Direito Civil: direito de família*. v.5. 17. ed. São Paulo: Atlas, 2017.